

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2382/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 9º, V, e 17 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 5/2022-CPJ, de 23 de maio de 2022,

**R E S O L V E :**

Designar os Procuradores de Justiça Hudson Shiguer Kinashi, Irma Vieira de Santana, Nilza Gomes da Silva e Evaldo Borges Rodrigues da Costa para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Eleitoral para a escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público, para o biênio 2022/2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2407/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, atualmente agregada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento e consultoria legislativa, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2313/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1122/2022-PGJ, de 16.3.2022, que concedeu ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 19.9.2021, que seria usufruído no dia 20.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2314/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1865/2022-PGJ, de 26.4.2022, que designou a Promotora de Justiça Simone Almada Goes para responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto de Maracaju no dia 20.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2315/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1866/2022-PGJ, de 26.4.2022, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Simone Almada Goes para atuar perante a 16ª Zona Eleitoral no dia 20.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-512/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2359/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 8º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Luiz Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central Virtual (2) da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 21.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2360/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 49º Promotor de Justiça de Campo Grande, Gevair Ferreira Lima Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 20.5.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-515/2022/PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniella Costa da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	10	4 a 13.7.2022	GOZO	SIM
2018/2019	10	1 a 10.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2361/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 36ª Zona Eleitoral no dia 20.5.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2374/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 6 a 10.6.2022 e nos dias 14 e 15.6.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-526/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ricardo Benito Crepaldi, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	18 a 27.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2375/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 64ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 14 e 15.6.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2376/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 49º Promotor de Justiça de Campo Grande, Gevair Ferreira Lima Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 14 e 15.6.2022 e no período de 23 a 28.6.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2377/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 36ª Zona Eleitoral nos dias 14 e 15.6.2022 e no período de 23 a 28.6.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2378/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 20º Promotor de Justiça de Campo Grande, Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 21ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 14 e 15.6.2022 e no período de 20 a 29.6.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-527/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Silasneiton Gonçalves, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2379/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 42ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Andréia Cristina Peres da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 34ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 14 e 15.6.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2380/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 27 a 30.6.2022 e no dia 4.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2381/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Juliane Cristina Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 10.6.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2395/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Naviraí, Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências do Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no dia 23.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2396/2022-PGJ, DE 24.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, em regime de mutirão, no dia 25.5.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-528/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-539/2022 - PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 1 (um) dia de licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 2.5.2022, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº e-540/2022 - PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Simone Almada Goes 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 3 a 4.5.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2339/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Patricia da Silva Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 19.5.2022, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense da servidora Vânia de Oliveira Coelho Gondim, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2340/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 22.4 a 6.5.2022, em razão de licença para tratamento de saúde do servidor Rony Pedroso Vasques, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2341/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Weskley Moreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 5.5.2022, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “a”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº 2342/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Análise e Compras no período de 2 a 13.5.2022, em razão de licença para tratamento de saúde e férias do titular, Paulo Roberto Martins Cavallari.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2343/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 25.5 a 3.6.2022, em razão de férias do servidor Roberson Rosalin de Freitas, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2344/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 25.5 a 3.6.2022, em razão de férias do servidor Roberson Rosalin de Freitas, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-542/2022/PJ, DE 24.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1391/2021-PGJ, de 10.11.2021, que concedeu férias à servidora Luciane Senger, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 4 a 13.7.2022", passe a constar: "ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 23.5 a 1.6.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-543/2022/PGJ, DE 24.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1687/2021-PGJ, de 14.12.2021, que concedeu férias à servidora Alyne Kathiucia Raulino Green, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 17 a 26.10.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-544/2022/PGJ, DE 24.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Millena Alves Ferreira Gonçalves de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.8.2022 e de 9 a 28.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****AVISO Nº 4/2022/CPJ**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 5º, da Resolução nº 05/2022/CPJ, de 23 de maio de 2022, comunica aos Procuradores de Justiça em atividade que, no prazo de dois dias úteis, contados da publicação deste aviso, receberá os requerimentos daqueles que pretendem concorrer à eleição para Corregedor-Geral do Ministério Público, biênio 2022/2024.

Campo Grande, 24 de maio de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



## GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

### AVISO Nº 39/2022-GED

### XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 30/05/2022 e 03/06/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

#### **1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**

##### **1.1 COMARCA DE AMAMBAI**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Avenida Pedro Manvailler, n. 4601, Centro, Amambai.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CAROLINA DO AMARAL NASCIMENTO	1ª	

##### **1.2 COMARCA DE BATAGUASSU**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Dias Barroso, n. 350, Centro, Bataguassu.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JÚLIA MUNHOZ DA SILVA PORTUGUÊS	3ª	
VITÓRIA VENANCIO HAY MUSSI DUARTE	4ª	

##### **1.3 COMARCA DE BATAYPORÃ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Jair de Abranches Mella, n. 1203, Centro, Batayporã.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
EMILLY EDUARDA WRUCK DE ANDRADE	1ª	

##### **1.4 COMARCA DE BRASILÂNDIA**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Raimundo Assis de Alencar, 1075, Centro, Brasilândia.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARCELA RODRIGUES FERREIRA DA SILVA	1ª	

##### **1.5 COMARCA DE CAARAPÓ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
INGRID RAYNI MARCARI SANTOS	3ª	

**1.6 COMARCA DE CAMAPUÃ****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, Camapuã.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
TIAGO MATTIONI DUPPONT	2ª	

**1.7 COMARCA DE CAMPO GRANDE****LOCAL:** Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FERNANDA THOME MACEDO	27ª	
FERNANDO PINHEIRO GONÇALVES	28ª	
CAROLINA MONTAGNA SANTIAGO	29ª	
FABÍOLA ANSELMO TEODORO	30ª	
TAILINE AMORIM CANOFE	31ª	
JORLON RAFAEL GAUER MENDES	32ª	
ALEXANDRE ALVES MACHADO	33ª	
JULIA GUEDES STRIQUER	34ª	
LAÍS AKEMI MATSUDA	35ª	
LUIZ PEDRO FORNARI BALDUINO	36ª	
ANA BEATRIZ LIMA REZENDE SALGADO	37ª	
MARIA FERNANDA DELMONDES TAMACIRO	38ª	
LAUANY ROCHA GONDRIGE	39ª	
LUCAS DA SILVA PEREIRA	40ª	
DANIEL PEREIRA LEITE	41ª	
KAREM GOMES FORTUNATO DA SILVA	42ª	
MATHEUS GIMENEZ DE ANDRADE	43ª	
IZABELA VANELI ALMEIDA	44ª	
DÉBORAH TROMBIM PÓLVORA	45ª	
PEDRO MANOEL MONTEIRO FLORES	46ª	

**1.8 COMARCA DE CORUMBÁ****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua América, n. 1880, Centro, Corumbá.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
AIRTON PEREIRA JUNIOR	2ª	

**1.9 COMARCA DE DOURADOS****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MILENY MEDEIROS MACHADO (N)		2ª
WELISON DA SILVA ALMEIDA	4ª	
ISABELA MARIANO MERELES	5ª	
JOÃO MARCOS GOMES DE LIMA (N)		3ª

\* Legendas: (N) – Negro; (PD) -Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

**1.10COMARCA DE FÁTIMA DO SUL****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Ipiranga, 810, Jardim Primavera, Fátima do Sul.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUANA SOARES DE LIMA	1ª	
JOÃO DIEGO DA SILVA SANTANA	2ª	

**1.11COMARCA DE IGUATEMI****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Waloszek Konrad, 1276, Centro, Iguatemi.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
RHUAN CIRELLE MARQUES PEREIRA	1ª	

**1.12COMARCA DE MARACAJÚ****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Appa, 141, Centro, Maracajú.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUANA LOPES DA ROS	1ª	
ADRIELLI RAMOS LIMA	2ª	

**1.13COMARCA DE NAVIRAÍ****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua dos Pioneiros, 50 – Centro, Naviraí.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIANA OLIVEIRA BUCINSKY FONTES	2ª	

**1.14COMARCA DE PONTA PORÃ****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Baltazar Saldanha, 1613, Da Saudade, Ponta Porã.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JOSÉ EDUARDO BENITES DOS SANTOS	4ª	

**1.15COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, São Gabriel do Oeste.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LORENA RIBEIRO CAMPOS	1ª	

**1.16COMARCA DE SONORA****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua 3 de junho, 90 – Centro, Sonora.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
EZEQUIAS CARVALHO FERREIRA DE MOURA	1ª	

**1.17COMARCA DE TRÊS LAGOAS****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
YASMIN MARCELA MARTINS	3ª	
MARCELLA MARIA FERREIRA COLTRI (PD)		1ª
MARIA EDUARDA SOUZA COSTA (N)		2ª

\* Legendas: (N) – Negro; (PD) -Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO****2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);



Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 24 de maio de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA-GERAL**

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1/2022-SEG/MPMS, DE 23 DE MAIO DE 2022.**

*Institui protocolo para casos positivos ou suspeitos da covid-19 em membros, servidores, funcionários terceirizados, menores aprendizes e estagiários, no âmbito do Ministério Público Estadual.*

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais e

CONSIDERANDO a vigência do Decreto Estadual nº 15.391, de 16.3.2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19) e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente dessa doença, no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO a publicação da Resolução nº 11/2022-PGJ, de 11.3.2022, a qual tornou facultativo o uso de máscaras de proteção individual nas unidades do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS), em conformidade com o Decreto Estadual nº 15.893, de 9/3/2022, e revogou o Plano de Biossegurança até então vigente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 2/2021-CPJ, de 27.5.2021, que determinou o retorno das atividades presenciais do MPMS;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº 10/2022/SEG-PGJ, de 14.3.2022, que informou o retorno do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto a partir de 2.5.2022;

CONSIDERANDO que, apesar da redução no número de internados, casos, óbitos e taxa de letalidade da covid-19, a doença ainda tem incidência significativa na população, havendo necessidade de continuidade das medidas de prevenção em ambiente institucional;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 17, de 22 de março de 2022, do Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência e do Ministro da Saúde, que estabelece as medidas para prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 em ambientes de trabalho,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Ordem de Serviço estabelece as medidas necessárias para prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da covid-19 nas unidades do MPMS.



**Parágrafo único.** As medidas referidas no *caput* incluem:

- I – medidas de prevenção nas áreas comuns, como recepção, salas de espera e de reunião, refeitórios, banheiros, gabinetes e seus respectivos apoios técnicos;
- II – ações para identificação precoce e afastamento de membro, servidor, estagiário ou terceirizado com sinais e sintomas compatíveis com a covid-19;
- III – procedimentos para que membro, servidor, estagiário ou terceirizado possam reportar à instituição, inclusive de forma remota, sinais ou sintomas compatíveis com a covid-19 ou contato com pessoas com caso confirmado da doença; e
- IV – instruções sobre higiene das mãos e etiqueta respiratória.

## CAPÍTULO II

### DA CONDUTA EM RELAÇÃO AOS CASOS SUSPEITOS E CONFIRMADOS DA COVID-19

#### Seção I

##### Dos Casos Confirmados

**Art. 2º** Considera-se pessoa com caso confirmado de covid-19 o membro, servidor, estagiário ou terceirizado que:

- I – apresentar síndrome gripal (SG) ou síndrome respiratória aguda grave (SRAG), com histórico de contato próximo ou domiciliar com pessoa com caso confirmado de covid-19, dentro de 14 (quatorze) dias anteriores ao aparecimento dos sinais e sintomas;
- II – apresentar SG ou SRAG com resultado de exame laboratorial que confirme covid-19, de acordo com as orientações do Ministério da Saúde;
- III – embora assintomático, apresentar resultado de exame laboratorial que confirme a covid-19, de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.

**Art. 3º** Será afastado das atividades laborais presenciais, por 10 (dez) dias, o membro, servidor, estagiário ou terceirizado considerado pessoa com caso confirmado de covid-19.

§ 1º O afastamento das atividades laborais presenciais previsto no *caput* poderá ser reduzido para 7 (sete) dias desde que o trabalhador esteja sem febre por 24 (vinte e quatro) horas, sem o uso de medicamento antitérmico e com remissão dos sinais e sintomas respiratórios.

§ 2º Será considerado como primeiro dia de isolamento de pessoas com caso confirmado o dia seguinte àquele:

- I – do início dos sintomas;
- II – da coleta do teste por método molecular (RT-PCR ou RT-LAMP); ou
- III – do teste de antígeno.

#### Seção II

##### Dos Casos Suspeitos

**Art. 4º** Considera-se pessoa com caso suspeito de covid-19 todo membro, servidor, estagiário ou terceirizado que apresente pelo menos 2 (dois) dos seguintes sinais e sintomas:

- I - febre (mesmo que referida);
- II - tosse;
- III - dificuldade respiratória;
- IV - distúrbios olfativos e gustativos;
- V – calafrios;
- VI - dor de garganta e de cabeça;
- VII - coriza;
- VIII – diarreia;
- IX - dispneia e/ou desconforto respiratório ou pressão ou dor persistente no tórax; ou
- X - saturação de oxigênio menor que 95% em ar ambiente ou coloração azulada (cianose) dos lábios ou no rosto.

**Art. 5º** Será afastado das atividades laborais presenciais, por 10 (dez) dias, o membro, servidor, estagiário ou terceirizado considerado pessoa com caso suspeito de covid-19.

§ 1º O afastamento das atividades laborais presenciais prevista no *caput* poderá ser reduzido para 7 (sete) dias desde que a pessoa com caso suspeito esteja sem febre por 24 (vinte e quatro) horas, sem o uso de medicamento antitérmico e com remissão dos sinais e sintomas respiratórios.





§ 2º Será considerado como primeiro dia de isolamento de pessoa com caso suspeito o dia seguinte ao do início dos sintomas.

§ 3º Os trabalhadores afastados nos termos do *caput* poderão retornar às suas atividades laborais presenciais antes do período determinado de afastamento quando teste por método molecular (RT-PCR ou RT-LAMP) ou teste de antígeno, realizado a partir do 5º (quinto) dia, descartar a possibilidade de covid-19, de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.

### **Seção III**

#### **Dos Contatantes Próximos**

**Art. 6º** Considera-se contatante próximo de pessoa com caso confirmado da covid-19 o membro, servidor, estagiário ou terceirizado assintomático que esteve próximo de pessoa com caso confirmado de covid-19, entre 2 (dois) dias antes e 10 (dez) dias após o início dos sinais ou sintomas, ou de pessoa assintomática com exame laboratorial confirmando a doença, utilizando-se como parâmetro de contato com risco de contágio a data de coleta do material para o referido exame, que se encaixe em uma das situações:

I – teve contato, durante mais de 15 (quinze) minutos, a menos de 1 (um) metro de distância, com uma pessoa com caso confirmado, ambos sem utilizar máscara de proteção facial ou utilizando-a de forma incorreta;

II – teve contato físico direto, como aperto de mãos e abraços, com pessoa com caso confirmado, ambos sem utilizar máscara de proteção facial ou utilizando-a de forma incorreta;

III – durante transporte, permaneceu a menos de 1 (um) metro de distância, por mais de 15 (quinze) minutos, de pessoa com caso confirmado, ambos sem utilizar máscara de proteção facial ou utilizando-a forma incorreta; ou

IV – compartilhou o mesmo ambiente domiciliar com uma pessoa com caso confirmado de covid-19, incluídos dormitórios e alojamentos.

**Art. 7º** Será afastado das atividades laborais presenciais, por 10 (dez) dias, o membro, servidor, estagiário ou terceirizado considerado contatante próximo de pessoas com caso confirmado de covid-19.

§ 1º O período de afastamento previsto no *caput* deve ser considerado a partir do último dia de contato entre os contatantes próximos e a pessoa com caso confirmado de covid-19.

§ 2º O afastamento previsto no *caput* poderá ser reduzido para 7 (sete) dias desde que tenha sido realizado teste por método molecular (RT-PCR ou RT-LAMP) ou teste de antígeno a partir do 5º (quinto) dia após o contato, se o resultado do teste for negativo.

§ 3º Os contatantes próximos que residem com pessoa com caso confirmado de covid-19 devem apresentar documento comprobatório da doença na pessoa com caso confirmado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** O autoteste para detecção de antígeno do SARS-CoV-2 tem apenas caráter de triagem e orientação e não será utilizado para fins de afastamento ou de retorno ao trabalho.

**Art. 9º** O membro, servidor, estagiário ou terceirizado afastado do trabalho presencial nos termos desta Ordem de Serviço deverá permanecer em trabalho remoto, exceto se cumpridos os requisitos para licença médica.

**Art. 10.** Em caso de confirmação ou suspeita de caso de covid-19 ou, ainda, de contato próximo com a pessoa com covid-19, o membro, servidor, estagiário ou terceirizado deverá reportar imediatamente à chefia imediata, que comunicará à Secretaria-Geral no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 11.** O MPMS manterá os protocolos de higiene e biossegurança necessários à prevenção da proliferação da covid-19 em ambiente institucional.

**Art. 12.** Esta ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 23 de maio de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça

Secretária-Geral do MPMS

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE002199 DE 20.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00004739-0**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Aativa Comércio de Tintas Eireli.

Licitação: Ata de Registro de Preços 35/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE002199 de 20.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00004534-7

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 4.802,00 (quatro mil oitocentos e dois reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000279, 2022NE000280 e 2022NE000281, datadas de 17.05.2022.

Vigência: 24.05.2022 a 24.05.2023.

Data de assinatura: 24 de maio de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2022.00004978-7**

**Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**

**Requerido(a): Secretaria Municipal de Saúde**

**PORTARIA 0009/2022/32PJ/CGR**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública, no uso das atribuições legais e constitucionais e,

CONSIDERANDO os fundamentos básicos do direito à saúde no Brasil estão elencados nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal. Especificamente, o art. 196 dispõe que: “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”



CONSIDERANDO que o direito à saúde, tal como assegurado na Constituição de 1988, configura direito fundamental de segunda geração. Nesta geração estão os direitos sociais, culturais e econômicos, que se caracterizam por exigirem prestações positivas do Estado.

CONSIDERANDO a preocupação do Constituinte com o direito à saúde foi tão elevada que fez constar expressamente, em seu art. 197, que as respectivas ações e serviços são considerados de “relevância pública” (ao que parece, a única hipótese expressa no texto constitucional).

CONSIDERANDO que em relação ao tema em apreço, é importante relatar que o referencial teórico e hodierno acerca do conceito de saúde surgiu no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão da ONU, em 26 de julho de 1946, no qual restou estabelecido que: “a saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças”.

CONSIDERANDO que se pode extrair da determinação supra que a OMS ampliou o entendimento, até então preponderante, de focar a saúde apenas como uma consequência natural de ausência de doenças, seja no plano preventivo, seja no plano curativo. Abarca o conceito, atualmente, o que se chama de “promoção da saúde”, referindo-se ao completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo.

CONSIDERANDO o mandamento constitucional e os tratados internacionais sobre a matéria, o legislador estabeleceu preceitos que tutelam e garantem o direito à saúde. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece, em seu art. 2º, que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público - prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, assegurando acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

CONSIDERANDO, destarte, que a própria norma disciplinadora do Sistema Único de Saúde elenca como princípio, a integralidade da assistência, definindo-a como um conjunto articulado e contínuo de serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

CONSIDERANDO que, além disso, prevê a conjugação de recursos financeiros, de forma que são estabelecidas responsabilidades financeiras para cada ente, de acordo com as medidas e ações a serem implementadas.

CONSIDERANDO que com o escopo de assegurar a descentralização do SUS, torna-se necessária a transferência de recursos federais em blocos de financiamento aos Estados e Municípios e de recursos estaduais aos municípios também, uma vez que o financiamento do SUS possui, como fonte conjunta, recursos dos orçamentos dos três entes federados.

CONSIDERANDO que essa característica do SUS – gestão descentralizada dos serviços para estados e municípios e com boa parte dos recursos que lhes são destinados sendo arrecadados pelo governo federal – fez com que a questão dos mecanismos e critérios de transferência de recursos da União para Estados e Municípios, assim como dos Estados para estes últimos, se tornasse muito relevante e motivo de preocupação dos gestores públicos do setor sanitário.

CONSIDERANDO a publicação da Portaria GM/MS Nº 1.056, de 9 de maio de 2022, que institui incentivo federal de custeio para apoio à implementação de ações da Estratégia de Saúde Cardiovascular na Atenção Primária à Saúde, e que o Município de Campo Grande foi considerado elegível para adesão ao referido incentivo financeiro;

CONSIDERANDO que a Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades;

CONSIDERANDO a fundamental intervenção desta 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública, em face da necessidade de acompanhar a adesão do Município de Campo Grande ao incentivo federal de custeio para apoio à implementação de ações da Estratégia de Saúde Cardiovascular na Atenção Primária à Saúde, conforme Portaria GM/MS Nº 1.056, de 9 de maio de 2022;



CONSIDERANDO que o artigo 10, I, da Resolução 018/2010, com sua redação alterada pela Resolução 004/20013-CPJ, de 9.07.2013, atribui à 32ª Promotoria de Justiça de Campo Grande "a função de fiscalizar a formação e o funcionamento dos Comitês e Conselhos de Saúde instituídos no âmbito de Campo Grande, bem como os repasses dos recursos aos Fundos de Saúde do Estado e deste município";

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil;

CONSIDERANDO que a Resolução supracitada, aduz em seu art. 3º, II que “os órgãos de execução do Ministério Público poderão instaurar procedimentos administrativos, no âmbito de sua atuação extraprocessual, nos seguintes casos: [...] II - execução e acompanhamento de projetos ou programas afetos à atribuição das Promotorias de Justiça ou Procuradorias de Justiça”;

INSTAURO o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, tendo como:

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL

REQUERIDO(A): SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Acompanhar a adesão do Município de Campo Grande ao incentivo federal de custeio para apoio à implementação de ações da Estratégia de Saúde Cardiovascular na Atenção Primária à Saúde.

Para tanto, nos termos da Resolução nº 015/2007-PGJ, nomeio para secretariar os trabalhos o servidor Carlos Alberto Arguelho, Técnico I, independentemente de compromisso, determino o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

I) Registre e autue o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que o instruem;

II) Encaminhe a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;

III) Expeça OFÍCIOS ao CENTRO DE APOIO OPERACIONAL/CAO DA CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; ao CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE; ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE; à COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA MUNICIPAL e à COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, com a finalidade de: Encaminhar cópia da Portaria e demais documentos anexos, para conhecimento acerca da instauração do Procedimento Administrativo instaurado, informando-os que o andamento do referido PA poderá ser acompanhado, caso assim tenham interesses, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>);

III) Expeça-se OFÍCIO à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (instruído com cópia desta Portaria e demais documentos anexos), informando-a que o andamento do referido PA poderá ser acompanhado, caso assim tenha interesse, pelo portal do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (link: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>); Solicitando, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que preste informações acerca das medidas e ações necessárias e descritas na Portaria GM/MS Nº 1.056, de 9 de maio de 2022, que estão sendo adotadas, a fim de que este ente municipal possa ser beneficiado com o repasse financeiro de recursos federais para apoio à implementação de ações da Estratégia de Saúde Cardiovascular na Atenção Primária à Saúde, por meio do Sistema de adesão a incentivo financeiro para a estruturação da APS, disponível no portal e-Gestor no endereço eletrônico <https://egestorab.saude.gov.br/index.Xhtml>; quais ações estão previstas para serem implementadas.

IV) Vinda as respostas, junte-as imediatamente aos autos;

V) Certifique o decurso do prazo, caso não venham réplicas respectivas;

VI) Após cumprido os itens retro, retorne os autos conclusos para análise e ulterior deliberação.

Campo Grande-MS, 24 de maio de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32ª Promotoria de Justiça

**EDITAL Nº 0001/2022/8ZE/CGR**

A 8ª Zona Eleitoral de Campo Grande, por intermédio do seu Promotor de Justiça Eleitoral torna pública a instauração de Procedimento Preparatório Eleitoral - PPE que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rua da Paz, 134, Centro, Campo Grande-MS - CEP 79002-190 Telefone: (67) 3316-2902 , Campo Grande/MS.

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2022.00000483-4

Requerente: Ministério Público Eleitoral;

Requerido: Viviane Moura de Azevedo Tobias

Assunto: Denúncia anônima relatando que Vivi Tobias "se apresenta como pré-candidata à Deputada Estadual aqui no MS e utiliza sua rede social Instagram para propagar o ódio a homens, mulheres feministas, negros e nordestinos (eleitores de Lula/PT) (...)".

Campo Grande/MS, 06 de maio de 2022.

CELSO ANTONIO BOTELHO DE CARVALHO

Promotor de Justiça Eleitoral

8ª Zona Eleitoral

**EDITAL N. 007/2022/76PJ/CGR**

A 76.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Notícia de Fato em instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2022.00000541-1

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Saúde.

OBJETO: *Apurar as medidas adotadas pelo Hospital Regional de Mato Grosso do Sul para sanar as irregularidades constantes do Relatório de Vistoria nº 58/2022-CRM/MS.*

Campo Grande, MS, 23 de maio de 2022.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0020/2022/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00004470-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00004470-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: Fiscalizar o cumprimento integral do TAC celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001763-9.

Coxim/MS, 23 de maio de 2022.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0021/2022/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2022.00004237-2, que está à disposição na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim – MS.

Referido procedimento é de caráter restrito e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão acessá-lo integralmente via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004237-2

Requerente: Roselene de Oliveira

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos noticiados pela requerente, visando garantir os direitos fundamentais de C.A.C.P, pessoa com deficiência.

Coxim/MS, 23 de maio de 2022.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0022/2022/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2022.00004226-1, que está à disposição na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim – MS.

Referido procedimento é de caráter restrito e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão acessá-lo integralmente via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004226-1

Requerente: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Coxim

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual situação de vulnerabilidade a que estaria exposto o idoso M.R.M.S.

Coxim/MS, 23 de maio de 2022.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0023/2022/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000456-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000456-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo no âmbito da Fundação Estatal de Saúde do Pantanal – FESP.

Coxim/MS, 23 de maio de 2022.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça



**EDITAL Nº 0024/2022/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000322-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000322-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as circunstâncias da venda do imóvel localizado na Rua General Mendes de Moraes, nº 93, Coxim/MS.

Coxim/MS, 23 de maio de 2022.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

.....  
**JARDIM**  
.....

**EDITAL Nº 0007/2022/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2022.00000439-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tânio José Locatelli

Assunto: Apurar irregularidade ambiental na Fazenda Renascer, localizada no município de Jardim/MS.

Jardim, 09 de maio de 2022

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2022/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2022.00000454-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Irineo da Costa Rodrigues

Assunto: apurar desmatamento de 10,31 hectares em área remanescente de vegetação nativa ocorrido na Fazenda São Francisco em Guia Lopes da Laguna/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

Jardim, 12 de maio de 2022

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça



**EDITAL Nº 0009/2022/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2022.00000512-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Nube Nunes Leite

Assunto: apurar possível desmatamento de 36,55 hectares, ocorridos na Fazenda Santa Eufrázia, localizada em Jardim/MS, de propriedade do Espólio de Nube Nunes Leite.

Jardim, 12 de maio de 2022

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2022/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2022.00000511-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jonas de Souza Romera

Assunto: apurar possível atividade de loteamento irregular ocorrida na Chácara Santa Maria, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, em tese, praticada por Jonas de Souza Romero.

Jardim, 12 de maio de 2022

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

---

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0033/2022/01PJ/PPR**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 13/04/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Município de Aral Moreira, referente à regularização jurídico-ambiental das nascentes e áreas de preservação permanente na área de fundo de Vale do Córrego Água Boa, bem como a implementação de infraestrutura consistente em pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais na Rua 18 do loteamento Residencial Bairro Ipê, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2016.00000229-3, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 20 de maio de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0034/2022/01PJ/PPR**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 10/05/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Nilson Brognoli, Mariana de Mello Macedo Costa, proprietários do imóvel rural denominado Fazenda Pato Branco, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2016.00001247-0, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 20 de maio de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0035/2022/01PJ/PPR**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 20/05/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Município de Ponta Porã, referente à regularização das problemáticas diagnosticadas por força dos Inquéritos Cíveis nºs 06.2016.00000231-6, 06.2016.00000280-5, 06.2016.00000281-6, 06.2016.00000282-7, 06.2016.00000284-9, 06.2016.00000285-0, 06.2016.00000289-3, 06.2016.00000297-1, 06.2016.00000300-4, 06.2016.00000305-9, 06.2016.00000852-1, 06.2016.00000853-2, 06.2016.00000854-3, 06.2016.00000856-5, 06.2016.00000291-6, 06.2016.00000293-8, 06.2016.00000296-0, 06.2016.00000235-0, 06.2017.00000100-0, 06.2018.00001085-7, 06.2018.00001086-8, 06.2018.00001089-0, 06.2018.00003156-3, 06.2018.00003248-4, 06.2018.00001088-0 e 06.2016.00000855-4 disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 23 de maio de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça

**SÃO GABRIEL DO OESTE****EDITAL N.º 0005/2022/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000125-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: César Tozetto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 7,65 hectares de árvores isoladas na Fazenda Primavera e de 0,66 hectares de árvores isoladas em Reserva Legal, no Assentamento Campanário – Lote 73, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 002/2022/2º PEL PMA e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 003/2022/2º PEL PMA.

São Gabriel do Oeste, MS, 26 de abril de 2022.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO  
Promotora de Justiça

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL N° 008/2022/3ªPJ-SDN**

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001007-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: "Apurar possível ilegalidade nos atos administrativos referentes à dispensa de licitação para a aquisição de produtos e materiais de higienização necessários para o retorno às aulas".

Sidrolândia(MS), 23 de maio de 2022.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça